

## Índice de Condições de Vida (ICV) no Território da Cidadania da Reforma

### Artigo Completo

Leonardo Alves de Oliveira Casimiro (UCDB) [leonardocasimiro2@gmail.com](mailto:leonardocasimiro2@gmail.com)

Dr. Olivier François Vilpoux (UCDB) [vilpoux@ucdb.br](mailto:vilpoux@ucdb.br)

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (UFGD) [marianogueira@ufgd.edu.br](mailto:marianogueira@ufgd.edu.br)

### Resumo:

A pesquisa teve como objetivo principal avaliar a qualidade de vida dos moradores do território da Reforma. Foram analisados o perfil, fontes de renda, nível de formação, participação em associações. Os resultados obtidos foram comparados entre agricultores familiares, agricultores não familiares e não produtores. O levantamento foi realizado por meio de um questionário aplicado pelo MDA, com projeto financiado pelo CNPQ, junto a 250 produtores do território da reforma. Foi possível identificar um número significativo de produtores que tinham necessidade de complementar a renda fora. Apesar dos entrevistados apresentarem um nível de escolaridade baixo, eles se mostraram satisfeitos. É possível estimar que o nível de escolaridade baixo causa uma falta de visão crítica o que pode dificultar a implantação de políticas de melhoria da educação. Entre os jovens o nível de educação está melhorando e muitos adolescentes já superaram o nível de escolaridade dos pais. As faixas etárias indicaram predominância de pessoas mais velhas. A renúncia dos jovens pelas atividades agrícolas e a busca pelo ensino superior na cidade são motivos que dão origem a esse abandono do meio rural. Devido à importância da agricultura familiar no papel social e na geração de riqueza da economia do Estado, a agricultura familiar precisa de atenção por parte do Governo e das empresas para melhorar a educação e diminuir o êxodo dos jovens para a cidade.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Desenvolvimento rural, Sustentabilidade.

### 1 Introdução

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma cada vez mais as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas, construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil demarcar fronteiras entre as cidades e os pequenos povoados a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

A agricultura familiar ocupa uma posição muito importante no mundo. Com frequência é constituída de uma população em condições precárias e uma das soluções para resolver os problemas enfrentados é a introdução de políticas públicas.

A concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas, é oriunda da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar problemas que atingem algumas regiões e grupos sociais. Refere-se especificamente ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro.

Os Territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal,

estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2010).

Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) estão apoiando diretamente 120 territórios rurais, que compreendem 1.833 municípios, ou 32% da superfície nacional, e onde vivem 37,4 milhões de brasileiros. Nesses territórios encontram-se 42% da demanda social do MDA, constituída por agricultores familiares, assentados pela reforma agrária, trabalhadores rurais que buscam acesso a terra, além de outros segmentos de populações tradicionais que habitam os espaços rurais. Existem quatro territórios da cidadania no estado do Mato Grosso do Sul, Da Reforma, Grande Dourados, Cone Sul e Vale do Ivinhema.

O programa Territórios da Cidadania é administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do MDA. Para facilitar as atividades de desenvolvimento dos Territórios e apoiar as decisões dos Colegiados, a SDT concluiu para a importância da aquisição de conhecimento sobre as características desses espaços, com necessidade do estabelecimento de ações públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento dos territórios. Essa necessidade levou a SDT a elaborar um projeto de coleta de informações em 37 dos Territórios nacionais. Esse projeto destina-se a coleta de informações sobre Condições de Vida (ICV) da população rural nos Territórios pesquisados, desenvolvimento dos projetos financiados pelo MDA desde 2003, atuação dos representantes dos Colegiados. No Mato Grosso do Sul, o MDA contemplou dois Territórios, o da Reforma e o da Grande Dourados.

A partir da importância da agricultura familiar e das políticas territoriais, a pesquisa tem como objetivo principal avaliar a qualidade de vida dos moradores do território da Reforma. Além do objetivo principal, a pesquisa se focalizou nos seguintes objetivos específicos: análise do perfil familiar dos agricultores familiares; análise das fontes de renda dos agricultores familiares; análise da educação dos agricultores familiares; análise da participação em associações dos agricultores familiares e comparação dos resultados obtidos com os agricultores familiares com aqueles obtidos para as outras categorias de pessoas.

Após a introdução é apresentado uma revisão bibliográfica sobre os temas de agricultura familiar, ruralidade, política territorial, capital social e cooperativismo no Brasil. Em seguida são analisados os resultados obtidos na pesquisa, com enfoque na qualidade de vida dos moradores dos territórios. As considerações finais finalizam esse relatório.

## **2 Referencial Teórico**

Este capítulo aborda as informações relativas a agricultura familiar, ruralidade, política territorial, capital social e cooperativismo.

### **2.1 Agricultura Familiar**

O agronegócio brasileiro representa perto de 30% do PIB nacional, sendo também responsável por pouco mais de um terço das exportações e dos empregos nacionais. Do total do agronegócio brasileiro, um terço provém da agricultura familiar (MDA, 2006).

#### **2.1.1 Definição da agricultura familiar**

A agricultura familiar é aquela onde a administração é predominantemente familiar, com área igual ou inferior a quatro módulos fiscais. Segundo Guilhoto *et al* (2007), a agricultura

familiar é lembrada pela sua importância na absorção de empregos e na produção de alimentos, de maneira especial voltada para o autoconsumo.

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. Antes, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo camponês. Para Denardi (2001) existe uma importância econômica social e ambiental muito estratégica na agricultura familiar, pois sem ela o Brasil seria menos rico, seja no aspecto cultural, natural, econômico ou social.

Na tipificação adotada por Baiardi, o fator preponderante para definir cada tipo é o acesso ao mercado. Gasson e Errington (1993, p.18) e Bittencourt e Bianchini (1996, p.16), adotam a seguinte definição para agricultura familiar:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%), os membros da família vivem na unidade produtiva, a gestão é feita pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de Parentesco, o capital pertence à família, o trabalho é fundamentalmente familiar, é permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar.

Campolin (2005) define a agricultura familiar como a atividade onde a família é proprietária dos meios de produção, ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Ao lado das classificações acadêmicas, surge a delimitação formal do conceito de agricultor familiar prevista na Lei 11.326 de 2006. Esta lei considera “[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos (BRASIL, 2006):

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tendo em conta o atendimento a esses requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes”, bem como “[...] aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha ou ocupem até 500m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede” e ainda “[...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores” (BRASIL, 2006).

### **2.1.2 Importância da agricultura familiar**

A função sociocultural atribuída à agricultura familiar significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, por produtos artesanais, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem resultado na valorização da tradição da

agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural (MDA, 2006).

Considera-se que a agricultura familiar participa mais da produção nacional de alimentos, enquanto a agricultura patronal é mais focada em produtos de exportação. No entanto, essa imagem oferece uma visão muito simplificada da realidade nacional. A agricultura familiar também ocupa lugar de destaque na produção de aves e suínos, grandes produtos de exportação.

A partir da agricultura familiar pode-se gerar um grande desenvolvimento no país, aumentando a produção de alimentos e oferecendo empregabilidade às pessoas. Sem o decisivo apoio das políticas públicas, essas famílias cumprirão, de forma inexorável, o destino de crescente miséria a elas reservado pela herança histórica que ainda hoje marca a vida do país. Criar condições para a superação da pobreza rural é um dos maiores desafios que a sociedade brasileira terá que enfrentar com determinação nos próximos anos (PORTUGAL, 2004).

Para a agricultura familiar se manter nas grandes cadeias de commodities, ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Caso contrário, a agricultura patronal, mais tecnificada, deverá predominar cada vez mais, pois será a única capaz de acompanhar as novas necessidades de produção (WILKINSON, 2008).

## **2.2 Capital social e cooperativismo**

Fukuyama (1996) conceitua o capital social como um conjunto de normas informais que promovem a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Para o autor, as normas que constituem o capital social podem variar desde simples normas de reciprocidade entre dois amigos até doutrinas complexas e elaboradas, como o cristianismo ou o confucionismo. Logo, é da existência e do compartilhamento dessas normas que surgem a confiança e as redes entre indivíduos.

Muls (2008) escreve que as relações familiares, de vizinhança, de amizade e profissionais podem constituir formas latentes de capital social. Essas relações passam por um conjunto de normas, crenças e valores sociais que são específicos daquela sociedade e, como tal, podem ser consideradas como instituições locais.

Cooperar é mais do que se organizar em cooperativas, é sobretudo um valor que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo (SPAROVEK, 2003).

## **2.3 Territórios da Cidadania**

O programa Territórios da Cidadania foi lançado em fevereiro de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. É uma iniciativa do Governo Federal para concentrar suas ações em regiões e sub-regiões onde os esforços realizados não são suficientes para garantir as necessidades básicas da população (MDA, 2009).

Os objetivos principais do Programa são (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009): diminuição da pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural; favorecimento do desenvolvimento econômico equilibrado dos territórios; melhoria da qualidade de vida e da



garantia de direitos e cidadania e universalização dos programas básicos de cidadania por meio de táticas de desenvolvimento territorial sustentável.

A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios é fundamental para o sucesso do programa. Para Humberto Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA no segundo mandato do Governo Lula, o programa foi criado para combater as desigualdades entre as regiões metropolitanas, as grandes e médias cidades e o interior do Brasil, que vivem distante das oportunidades de desenvolvimento econômico e de acesso a políticas públicas de qualidade (MACHADO, 2008).

Existem 120 territórios da Cidadania distribuídos em todos os estados brasileiros. Esses territórios possuem em comum os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Caracterizam-se também por serem um conjunto de municípios organizados pelo mesmo perfil, a partir de características sociais, econômicas, ambientais e culturais, que constituem uma identidade territorial de baixo dinamismo econômico e altas taxas de pobreza. Esses territórios apresentam baixa atividade econômica e grande concentração de agricultores familiares e assentados, beneficiários do Programa Bolsa Família (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2010).

A importância da agricultura familiar no Brasil e as dificuldades encontradas por esse setor para se modernizar e adaptar-se a evolução cada vez mais rápida da economia, justificam amplamente a criação do programa de Territórios da Cidadania.

#### **2.4 Território da cidadania da Reforma**

No estado do Mato Grosso do Sul existem quatro territórios da cidadania, da Reforma, Grande Dourados, Cone Sul e Vale do Ivinhema.

O Território da Reforma abrange uma área de 38.498,00 Km<sup>2</sup> e é composto por 11 municípios: Anastácio, Bela Vista, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque, Terenos, Bodoquena e Sidrolândia. A população total do território é de 230.739 habitantes, dos quais 59.653 vivem na área rural, o que corresponde a 25,85% do total. Esse território possui 8.505 agricultores familiares, 9.019 famílias assentadas, 5 comunidades quilombolas e 6 terras indígenas. Seu IDH médio é de 0,75 (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2010).

Entre os Territórios da Cidadania do Mato Grosso do Sul, o da Reforma é aquele com o maior número de agricultores familiares. As dificuldades de comercialização dos produtores aumentam pelo fato de ser o território mais isolado e com maior dificuldade de escoamento de produção.

A tabela 1 apresenta o IDH-M dos municípios do Território Da Reforma. O IDH-M- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do território é de 0,736 e está abaixo do índice estadual, que é de 0,778 e do índice da capital do estado, Campo Grande, que é 0,814, mas acima da média brasileira, que é de 0,699.

Dos três indicadores utilizados para compor o IDH-M, a renda é o indicador que apresenta os menores valores e leva o IDH-M do território para baixo. Ao analisar os índices de renda de cada município percebe-se que estes acompanham os índices do território ficando abaixo dos indicadores estadual e nacional. Em todos os índices analisados nota-se que o município de Dois Irmãos do Buriti é o que apresenta os menores índices do território.

O Território da Reforma tem como principal atividade econômica a bovinocultura de corte e o cultivo de lavouras temporárias e mais recentemente, em alguns municípios da região

começaram a ser implantados projetos de assentamentos para reforma agrária pelo INCRA. Por isso o território recebeu o nome de território da Reforma.

Tabela 1. Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), composto pela média dos índices de Longevidade, Educação e Renda:

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Anastácio	0,724	0,718	0,830	0,626
DoisIrmãosdoBuriti	0,686	0,668	0,803	0,688
GuiaLopesdaLaguna	0,755	0,768	0,810	0,688
Maracaju	0,781	0,792	0,859	0,692
Nioaque	0,715	0,746	0,799	0,601
Sidrolândia	0,759	0,754	0,845	0,678
Terenos	0,736	0,721	0,829	0,642
<b>Território</b>	<b>0,736</b>	<b>0,750</b>	<b>0,830</b>	<b>0,650</b>
<b>Estado</b>	<b>0,778</b>	<b>0,751</b>	<b>0,864</b>	<b>0,718</b>
<b>País</b>	<b>0,766</b>	<b>0,727</b>	<b>0,849</b>	<b>0,723</b>

Fonte: IBGE (2000)

### 3. Metodologia

O MDA, pelo intermediário de um edital com o CNPQ (Edital MDA/SDT/CNPq – 05/2009), selecionou 37 Territórios Rurais com o objetivo de acompanhar seu funcionamento entre os anos de 2010 e 2013. Esse projeto visa o monitoramento, avaliação e acompanhamento dos resultados do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Brasil (PDSTR). No Mato Grosso do Sul, os territórios selecionados foram os da Reforma, objeto da pesquisa, e da Grande Dourados.

Para facilitar a divulgação das informações levantadas nesses 37 Territórios, o MDA criou o Sistema de Gestão Estratégico (SGE). O SGE é uma ferramenta que o MDA disponibiliza para que os Colegiados Territoriais e os diferentes gestores da Política de Desenvolvimento Territorial qualifiquem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação (MDA, 2009).

Entre as informações fornecidas pelo SGE foram utilizadas especificamente aquelas encontradas no Sistema de Informações Territoriais. Este ambiente armazena dados relativos à situação dos territórios. Seu conteúdo é baseado em indicadores econômicos, sociais, ambientais, institucionais, culturais e políticos que permitem a descrição das diferentes dimensões dos Territórios. Essas informações dão suporte aos diagnósticos territoriais em todos os níveis de gestão, desde o Territorial até o Federal.

A pesquisa utilizou os resultados dos Índices de Condições de Vida. O questionário de Índice de Condições de Vida foi aplicado a uma amostra probabilística de famílias no Território (Tabela 2). Seu objetivo foi de criar um indicador que permita estabelecer condições diferenciais quanto à qualidade de vida na percepção das famílias rurais, particularmente de agricultores familiares.

Tabela 2: Amostra do Território da Reforma.

Nº de Pessoas Entrevistadas		Faixa Etária			Sexo		Agricultor Familiar	Com Produção (Não Familiar)	Sem Produção
		Até 25	25-40	Acima	F	M			
250	Número	10	82	158	98	152	70	105	75
	%	4,00	32,80	63,20	39,20	60,80	28,00	42,00	30,00

Fonte: Da pesquisa

As perguntas do questionário permitem coletar dados relativos ao perfil familiar, fontes de renda, educação, participação em associações, variáveis objeto da pesquisa de Iniciação Científica, considerando o Índice de Condições de Vida (ICV).

#### 4 Resultados e Análises

Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos de acordo com os questionários aplicados no projeto do CNPQ. Foram caracterizadas a idade dos produtores, formação, renda, produção agropecuária e associativismo.

##### 4.1 Caracterização geral das pessoas entrevistadas

Do total de 250 pessoas entrevistadas 61 % eram do sexo masculino e 39% do sexo feminino. A maioria dos entrevistados era homem e chefe de família.

O Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE (2007), revela que 14% dos estabelecimentos familiares do país eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7%. Entre as pessoas ocupadas na agricultura familiar, 2/3 eram homens, mas o número de mulheres era expressivo com 4,1 milhões de pessoas. Em média, um estabelecimento familiar no Brasil tinha 1,75 homens e 0,86 mulheres de 14 anos ou mais.

Também foi efetuada a distribuição dos entrevistados no Território da Reforma entre agricultores familiares, contendo 28%, agricultores não familiares, com 42% e moradores da área rural que não produzem (30%). Produtores não familiares são aqueles que não se enquadraram nos requisitos da Lei 11.326.

Entre os Territórios da Cidadania do Mato Grosso do Sul, o território da reforma é aquele com o maior número de agricultores familiares, com 8.505, seguido do da Grande Dourados, com 7.337, Vale do Ivinhema, com 6.906 e Cone Sul, com 4.172 (MDA, 2010).

A maioria das famílias entrevistadas no território era composta por 3 ou 4 pessoas. De acordo com os dados existentes em nível nacional, o tamanho médio das famílias diminuiu entre 1995 e 2005, de 3,9 para 3,4 componentes (IBGE, 2006).

##### 4.2 Idade das pessoas entrevistadas no Território da Reforma

A maioria dos entrevistados tinha entre 25 e 44 anos, idade onde a mão-de-obra pode ser considerada como a mais ativa. Por outro, lado observam-se poucas pessoas abaixo de 24 anos de idade. Algumas das explicações possíveis são a busca dos jovens pelo ensino superior na área urbana e o desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas. A maioria dos filhos de produtores no meio rural não quer seguir a profissão do pai e busca oportunidades na cidade.

Nota-se um baixo número de jovens na área rural para todas as categorias de pessoas entrevistadas. Esse resultado pode justificar-se pelo fato dos jovens que não produzem no campo ou não conseguem sua subsistência no estabelecimento buscar oportunidades fora do estabelecimento em busca de uma renda melhor.

A proporção de produtores familiares acima de 60 anos é superior às outras duas categorias. Nessa faixa etária, o potencial de produção diminui e parte dessas pessoas são aposentados que permaneceram no campo.

Outra observação importante é a pequena proporção de produtores familiares em relação às outras duas categorias na faixa etária de 25 a 44 anos, faixa etária em que a capacidade de trabalho é maior. Essa situação é preocupante e não favorece o desenvolvimento dessa atividade.

A sucessão na agricultura familiar não acontece mais de forma natural, ou espontânea. Está se tornando cada vez mais a “última opção”, um fardo para os jovens (FERRARI et al., 2004). Spanevello (2008) questiona a importância das condições econômicas e sociais necessárias para os jovens se tornarem dispostos à sucessão. Alguns autores indicam que os filhos de agricultores capitalizados ou consolidados têm mais chances de ficar no campo por que não sofrem o mesmo desgaste que os agricultores familiares em capitalização ou descapitalizados. No entanto, outros autores indicam que o nível econômico não é determinante para decidir se o jovem vai ficar ou não.

A comunidade rural aparece como abandonada pelos jovens, cada vez mais velho e com predominância de pessoas do sexo masculino. A agricultura familiar no território da Reforma esta ocupada por pessoas mais velhas. Em nível brasileiro, na agricultura familiar pessoas com 10 anos ou mais de experiência representam 62% dos produtores. Os estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de 5 anos de experiência representam apenas 20% da agricultura familiar.

Os dados parecem indicar que a agricultura não familiar é mais atrativa para os jovens, principalmente nos estabelecimentos patronais, podendo se justificar pelo fato de serem produtores capitalizados, despertando o interesse dos filhos em dar continuidade no empreendimento, o que pode explicar a predominância de pessoas de 25 a 44 anos.

Uma outra explicação é que na agricultura não familiar foram incluídos muitos produtores com situação similar aos produtores familiares, mas com atividades fora de suas terras, em função das necessidades de complemento de renda. No caso das pessoas mais velhas, elas conseguiram aposentadoria, o que diminui as necessidades de buscar uma renda complementar fora do campo. Como a aposentadoria não é considerada na percentagem de renda para classificação do agricultor familiar, ao contrário dos outros tipos de renda, pessoas mais velhas foram consideradas como produtores familiares e não as mais jovens, com trabalho fora.

### 4.3 Formação

Nesse item foram avaliados vários pontos em relação ao nível de formação e educação dos entrevistados, um dos fatores que pode favorecer a implantação de novas oportunidades produtivas.

Conforme Schultz (1975), pessoas com maior nível educacional conseguem lidar de uma maneira melhor com os mais diferentes tipos de mudanças, como modificações no ambiente econômico decorrente, por exemplo, de uma crise.



Entre os 11 milhões de pessoas da agricultura familiar, existem pouco mais de 4 milhões de pessoas de 14 anos ou mais que declararam não saber ler e escrever. (IBGE, 2006). Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados dentro do território da Reforma, foi perguntado se todos os membros da família maiores de 15 eram alfabetizados e 85% responderam que sim.

Quando se comparam os produtores familiares e os não familiares, os não familiares são mais alfabetizados. Vários fatores permitem entender esse resultado, como a condição financeira, geralmente melhor nos agricultores não familiares, principalmente patronais, que para os produtores familiares.

Dos 250 estabelecimentos entrevistados, 91% dos adolescentes em idade escolar estavam matriculados. Entre os produtores familiares essa porcentagem era ainda maior, com 96%. Esse resultado pode se justificar pela exigência do governo que obriga todas as crianças e adolescentes em idade escolar estarem regularmente matriculados, requisito para participar e receber o benefício do programa bolsa-família. A porcentagem dos produtores não familiares era um pouco menor, com 90%. Um dos motivos para explicar esse resultado é que nos não familiares têm produtores mais pobres que nos familiares, aqueles que necessitam trabalhar fora para complementar a renda, e por isso são considerados não familiares.

A presença de escolas de ensino fundamental e médio em boa parte das localidades onde foram realizadas as entrevistas pode explicar a alta taxa de escolaridade dos jovens. Muitos adolescentes já passaram o nível de escolaridade dos pais, que na maioria não completaram o ensino fundamental.

Entre os produtores familiares entrevistados, 79% não possuíam o ensino fundamental completo, contra 77% dos produtores não familiares. Essas porcentagens são muito altas, mas no passado a importância dos estudos e a facilidade em estudar eram bem diferentes. O pai queria que o filho ajudasse nas atividades do campo, sem preocupação com os estudos. Os produtores do território da Reforma têm um nível de formação e escolaridade baixo, mas esse nível está melhorando entre os jovens, pois a grande maioria está alfabetizada e regularmente matriculada.

Hoje, a percepção da importância de um bom nível de escolaridade é muito maior do que no passado. A educação é um fator de grande importância, pois permite as pessoas adotar tecnologias mais modernas e complexas e atingir melhores níveis de produção e renda.

Apesar do nível baixo de escolaridade, 47% das pessoas entrevistadas responderam que consideravam o nível de escolaridade dos membros de suas famílias como bom e 14% como ótimo. Esse resultado pode-se justificar pela falta de visão crítica e o fato do nível de escolaridade das pessoas entrevistadas ser baixo, o que impede que elas tenham uma visão clara de sua situação e aumenta a dificuldade de compreender a importância da educação.

#### **4.4 Renda**

Para Muller (2007), o agricultor familiar não pratica sua atividade interessado em atingir uma taxa de lucro, contentando-se com uma renda que possibilite a reprodução de sua unidade familiar. O autor afirma que este fato atribui à agricultura familiar uma superioridade competitiva sobre a agricultura patronal.

Os dados do IBGE de 2000 (IBGE, 2000) apontam um número de 32.177 domicílios no território. Este número representa 5,6% do total dos domicílios do estado. Do total de domicílios do território, 29% encontra-se em situação de pobreza, contra 21,8% no estado.

Todos os municípios do território da Reforma apresentam índice pior que a média estadual, com índices que variam de 24,5% em Maracaju até 38,5% em Guia Lopes (MDA, 2006).

O município de Maracaju é responsável por 38% da renda mensal gerada no território, seguido por Sidrolândia, onde este índice é de 31%. A renda total mensal gerada pelos municípios que formam o Território da Reforma corresponde a 3% da renda total gerada no estado. Nos outros municípios a geração de renda varia de 7% em Dois Irmãos do Buriti, até 22% em Anastácio (MDA, 2006).

Também foi possível perceber que 41% dos entrevistados do território da Reforma consideraram como regular sua renda familiar, 38% como boa e 21% muito boa. Esses resultados indicam certa satisfação com a renda da família, apesar dos resultados negativos em comparação com outras regiões do estado.

O Território da Reforma tem como principal atividade econômica a bovinocultura de corte e o cultivo de lavouras temporárias, como soja e milho, onde 29% dos entrevistados afirmaram serem pouco variadas as fontes de renda, tendo a atividade agropecuária como fonte principal.

O Território da Reforma ocupa uma área de 2.057.934 hectares, que corresponde a 6,7% da área do Estado. As atividades que ocupam maior área no território são a pecuária, com 79%, seguida das lavouras temporárias, com 14,3%, ou seja um total de 93,3% da área do território. Se somado o valor correspondente à área utilizada pela produção mista, ou seja de lavouras temporárias e pecuária, o índice de utilização da terra atinge o valor de 99,2% da área produtiva do território. Estes dados mostram a importância dessas atividades para a economia do território. A maioria da estrutura de produção, transformação e comercialização está estabelecida para atender essas atividades. As lavouras permanentes ocupam uma parte irrisória do território, com somente 0,1% das áreas produtivas e a silvicultura, com 0,2% (MDA, 2006).

Os municípios que têm os maiores índices de geração de renda, Maracaju e Sidrolândia, são os que têm mais trabalhadores nas empresas formais, e apresentam índices mais elevados de trabalhadores nos estabelecimentos rurais, 17% e 16% respectivamente. Terenos é o município que apresenta a maior porcentagem de trabalhadores em estabelecimentos rurais, com 25% (MDA, 2006).

Foi encontrado o percentual de 97% dos produtores familiares que conseguem se manter com produção agropecuária própria, enquanto que 60% dos produtores não familiares entrevistados buscam complementar sua renda com trabalhos agropecuários para terceiros.

Um dos motivos que pode explicar a alta porcentagem de produtores não familiares no trabalho para terceiros é a classificação inadequada do agricultor familiar. Um dos requisitos da lei é que 80% da renda seja oriunda do próprio estabelecimento, o que significa, para um pequeno produtor que não consegue sua subsistência no próprio estabelecimento e busca por outra fonte de renda, de ser classificado como produtor não familiar.

Muitos entrevistados diversificam suas fontes de renda e trabalham em seu estabelecimento e complementam sua renda fora. Assim, apesar de pequenos produtores, não podem ser considerados produtores familiares pelo fato de não atender a um dos requisitos da lei, fato que permite questionar a adequação da classificação.

Em relação à participação dos entrevistados em programas do Governo, como financiamento de custeio, investimento e comercialização, esta é maior para os agricultores familiares. Pouco mais de 40% dos entrevistados afirmaram que as condições para participar desses programas eram muito complicadas, devido ao processo burocrático.

O acesso ao crédito financeiro necessita a elaboração de um projeto, com documentação da propriedade legalizada, onde muitos não têm a escritura da terra. A burocracia junta com o tempo necessário para o deslocamento até a cidade são alguns dos problemas que levam muitos produtores a desistirem de participar desses programas.

A participação dos produtores familiares é maior, o que pode se explicar pelos numerosos programas específicos para agricultura familiar, como PRONAF, PAA, PNAE.

No Brasil, mais de 1,7 milhões de produtores familiares declararam ter recebido outra receita além daquela obtida no estabelecimento, especialmente as advindas de aposentadorias ou pensões (65%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24%). O valor médio anual da renda foi de R\$ 4,5 mil para os agricultores familiares, valor fortemente influenciado pelas aposentadorias e pensões, com valor médio mensal de R\$ 475,27. Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006 (MDA, 2006). Nota-se que no território a realidade não é muito diferente, 27% dos produtores familiares entrevistados têm renda provinda de aposentadorias e programas do governo.

#### **4.5 Produção Agropecuária**

Cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro é atribuído à produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares, com taxas de crescimento igual ao do segmento patronal.

O Sul do Brasil é a região que mais sobressai na produção familiar. Em 2004, o PIB do agronegócio familiar nacional atingiu R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul. O segmento familiar é também importante no Nordeste e no Sudeste. Por outro lado, a região Centro-Oeste é ocupada a mais de 80% pelo agronegócio ligado à atividade patronal.

A quase totalidade dos produtores familiares entrevistados no território da Reforma, ou 94%, produz para duas finalidades, consumo próprio e venda. Os produtores conseguem atender a subsistência do domicílio com a produção, como no caso do milho, usado como alimento para vários animais, como suínos, bovinos e aves, e na comercialização, como fonte de renda, caso do leite, usado para a alimentação da família e a comercialização.

No caso dos produtores não familiares, 49% utilizam a produção para consumo próprio e venda, mas 30% produzem apenas para a comercialização, característica de produtores não familiares, especificamente patronal, baseada em grandes propriedades, voltadas para exportação e com o uso de tecnologias de ponta.

Em relação às condições de acesso aos mercados, 50% dos entrevistados responderam que eram boas e 14% ótimas. Existe um grande número de propriedades da agricultura familiar que estão integradas no sistema de produção do território através de sistemas de integração de cadeias produtivas. A suinocultura e a criação e abate de aves são as que mais utilizam a estrutura da agricultura familiar para se abastecer (MDA, 2006).

Os produtos da agricultura familiar abastecem os mercados locais e o excedente é comercializado principalmente na capital do estado, que recebe hortifrutigranjeiros e outros produtos. Os produtos oriundos da agricultura familiar no território sofrem pouca transformação e quando isso acontece, geralmente não é feita por indústrias controladas pelos produtores. Em consequência, estes não têm acesso a um preço diferenciado pelos produtos comercializados, ficando apenas na categoria de produtor, sem poder tomar decisão sobre o que acontece com seus produtos após a saída da propriedade.

Em sua maioria, as indústrias instaladas no território estão voltadas para as áreas de esmagamento de soja, açúcar e álcool, criação e abate de aves, frigoríficos e laticínios. O sistema de transformação existente atende principalmente a bovinocultura de corte, a produção de lavouras temporárias e as cadeias integradas de aves e suínos. A oferta de matéria prima que compõe a fabricação de ração fez com que indústrias de processamento de suínos e aves viessem se instalar na região, principalmente em Sidrolândia. Outro fator que facilitou a vinda de agroindústrias para a região é a concentração de mão-de-obra mais barata que nos estados do sul, de onde geralmente vêm as grandes indústrias.

Apesar das dificuldades de comercialização dos produtores do território da reforma, pelo fato de ser o território mais isolado e com maior dificuldade de escoamento de produção, 75% dos entrevistados responderam que a venda de seus produtos era boa, mostrando muita satisfação. Alguns municípios fazem fronteira ou estão bem próximo a capital do estado, o que facilita a comercialização e pode justificar essa grande satisfação. Municípios mais distantes deste grande centro têm, em sua maioria, como atividade principal a bovinocultura de corte. As estruturas montadas para atender a produção da agricultura familiar naqueles municípios não atende a todos e a presença do “atravessador” ainda é grande na comercialização dos produtos. Mesmo se não pague sempre o preço justo, o atravessador compra a produção, garantindo a venda dos produtos, outro motivo que pode explicar a alta satisfação das pessoas entrevistadas.

O produtor familiar do território aponta a existência forte da figura do atravessador, que geralmente compra os produtos diretamente nas propriedades rurais. Existem experiências isoladas no território de produtores que conseguem comercializar diretamente para o consumidor final, através da venda de porta em porta. Porém, esta iniciativa não pode ser copiada ou duplicada por outros produtores que estão em municípios mais distantes dos grandes centros.

#### **4.6 Associativismo**

No mundo, a maioria das organizações de pequenos produtores não funciona satisfatoriamente, muitas vezes devido ao fato dos contratos serem mais comuns com grandes do que com pequenos produtores, pois esses últimos preferem arranjos informais, onde a existência previa de capital social representa papel relevante. Os pequenos produtores dificilmente participam de relações contratuais, preferindo o mercado local, ou seja, um mercado pontual, sem compromissos entre vendedores e compradores (VILPOUX, 2011).

Uma característica da agricultura familiar no território é a falta de organização entre os produtores. Predomina a visão individualista onde cada produtor procura o melhor comprador e preço para seus produtos. 78% dos produtores familiares afirmaram nunca ter vendido seus produtos para cooperativas ou associações, enquanto 89% dos produtores não familiares disseram o mesmo.

No caso dos produtores familiares, uma das explicações possíveis é a forte presença de atravessadores. Outra característica observada é o pouco conhecimento do agricultor familiar sobre o que acontece com seu produto após a venda. Uma justificativa utilizada para vender ao atravessador é que este garante a compra de seu produto, mesmo pagando um preço baixo.

Em relação aos produtores não familiares, principalmente patronais, a produção é voltada para economia de escala e com volumes maiores de produtos. Nesse caso, as próprias empresas entram em contato com o produtor, garantindo a compra da produção, reduzindo o interesse do produtor na venda por meio de atravessadores, cooperativas ou associações.



Algumas associações existentes no território, como a Associação Buritiense de Criadores de Frango Caipira, comercializam a produção através de venda direta aos consumidores ou a grandes redes de supermercados de Campo Grande, principal destino dos produtos vindos da propriedade da agricultura familiar do território, principalmente daqueles municípios que estão mais próximos a capital.

Na pergunta sobre a atuação das instituições e organizações no território, 76% responderam que era de regular a ótima. Apesar da baixa participação, o agricultor familiar possui uma boa imagem das instituições e organizações no território. O fato dos produtores familiares atuarem de maneira isolada, não terem um espaço comum para a tomada de decisões em associações e muitas vezes não saber da existência de organizações a sua volta, podem ter sido alguns dos motivos que influenciaram nesse resultado.

A cooperação entre os produtores é muito limitada e se reduz a participação em associações que possuem papel limitado e na organização de festas. Essa fragilidade pode explicar parte das dificuldades de organização dos produtores.

## 5 Considerações finais

Na pesquisa foi possível observar que o segmento da agricultura familiar, tanto no estado do Mato Grosso do Sul como no Brasil, envolve um universo profundo e heterogêneo de produtores, que vão desde famílias sem as condições mínimas de subsistência até famílias com melhores dotações de recursos, acesso a tecnologia, organização, dentre outros.

Nesse aspecto é necessário reconhecer as diferenças dos agricultores familiares e tratá-los como distintos entre si, não redutíveis a uma única forma simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar.

De modo geral, os resultados da pesquisa mostram que são necessárias mais políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil visando dar mais condições a essa categoria para desenvolverem suas atividades e trazerem melhores resultados econômicos e sociais para o país.

Em Mato Grosso do Sul, devido a sua importância estratégica no papel social e na geração de riqueza da própria economia do Estado, a agricultura familiar carece de atenção por parte do Governo e das empresas. Mesmo com as adversidades enfrentadas pelos agricultores familiares, como as dificuldades no financiamento, baixo acesso à tecnologia e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar na geração de renda e emprego no estado continua representativo e não perdeu sua força nos últimos anos. Dessa forma, apesar das transformações e exigências de um mercado cada vez mais competitivo, a agricultura familiar consegue sobreviver e responder, de diferentes formas, a essas perspectivas.

A pesquisa identificou que muitos entrevistados diversificam suas fontes de renda, trabalham em seu estabelecimento e complementam sua renda fora. Assim, apesar de pequenos produtores, não podem ser considerados produtores familiares pelo fato de não atender a um dos requisitos da lei, fato que permite questionar a adequação da classificação. Um dos requisitos da lei para ser considerado um produtor familiar é que 80% da renda seja oriunda do próprio estabelecimento, o que exclui um pequeno produtor que não consegue sua subsistência no próprio estabelecimento e busca por outra fonte de renda.

Observa-se que há uma evasão dos jovens do campo incentivada pela falta de oportunidades. A comunidade rural aparece abandonada pelos jovens. O fato de o território apresentar uma grande quantidade de pessoas acima dos 55 anos e que não conseguem sua própria

subsistência, faz com que muitos produtores têm renda provinda de aposentadorias e programas do governo.

Os resultados levantados na pesquisa precisariam ser complementados por um questionário adicional, pois aquele desenvolvido pelo MDA deixou muitas perguntas sem respostas, como o nível de renda e de educação e o nível de capital social que existe no território.

### **Agradecimentos**

CNPq

## **6 Referências**

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em:  
[http://www.rebrae.com.br/banco\\_arquivos/arquivos/legislacao\\_paa/11.326.pdf](http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/legislacao_paa/11.326.pdf). Acesso em Setembro de 2011.

CAMPOLIN, A. I. Abordagens qualitativas na pesquisa em Agricultura Familiar. Embrapa Pantanal, 2005. 22p. Disponível em:  
<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC80.pdf>. Acesso em Julho de 2011.

DENARDI, R.A. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. pp. 56-62. Disponível em:  
<[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n3/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num3\\_parte12\\_artigo.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf)>. Acesso em: jul. 2011.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 237-271. ISSN 1413-0580.

FUKUYAMA, F. Confiança — as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. The farm family business. Wallingford: Cab International, 1993.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, GUILHERME R. C. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

IBGE Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006, Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1466&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1)

MACHADO, U. Territórios da Cidadania é aposta do Governo brasileiro para superar pobreza no meio rural. Revista Sebrae Agronegócios, Nº 8, Abril de 2008. Disponível em:  
<http://www.rts.org.br/entrevistas/territorios-da-cidadania-e-aposta-do-governo-brasileiro-para-superar-pobreza-no-meio-rural/>. Acesso em julho de 2011.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Rural da Reforma – Mato Grosso do Sul, , Campo Grande, Novembro de 2006.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estatísticas do meio rural. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2 Ed., Brasília : MDA : DIEESE, 2006. 276 p.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Territórios da Cidadania no estado de Mato Grosso do Sul. 2009. Disponível em:  
[http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/uf\\_050\\_tcs\\_matogrossosul\\_jan\\_2009.jpg](http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/uf_050_tcs_matogrossosul_jan_2009.jpg). Acesso em Novembro de 2011.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário MI. Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006. MDA, Brasília, 2010, p. 14. Disponível em: <  
[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo\\_2006.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo_2006.pdf)>. Acesso em Novembro de 2011.

MÜLLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos / Ana Luiza Müller. – Porto Alegre, 2007. Disponível em:  
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. Economia, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p.1-21, jan./abr. 2008.

PORTUGAL, A. D. O Desafio da Agricultura Familiar. Embrapa, 07/12/2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>. Acesso em Outubro de 2011.

SPAROVEK, G. (2003). A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira. São Paulo, SP: Páginas & Letras.

SCHULTZ, T. W. Transforming Traditional Agriculture. New Haven and London: Yale University Press, 1964.

SPANVELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA. Comunidades : Territórios da Cidadania. Territórios da Cidadania, MDA, 2011. Disponível em:  
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>. Acesso em Agosto de 2011.

VILPOUX, O.F., Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Curitiba, PR: CRV, 2011.

WILKINSON, J. Mercados, Redes e Valores. Porto Alegre: UFRGS, 2008.